

SILENCIAMENTOS HISTÓRICOS NO LIVRO DIDÁTICO: UM ESTUDO DE CASO EM ESCOLAS DE SANTO AMARO/BA¹

Mayara Fabiane Caldas dos Santos²

RESUMO

Este artigo analisa os livros didáticos de História utilizados nas escolas públicas e privadas de Santo Amaro/BA, observando a ausência de conteúdos que representem a população negra, indígena e a própria história local. A pesquisa parte da análise dos livros “História: Sociedade & Cidadania (FTD, PNLD)” e “Caderno do Pensamento Ativo (GeekieOne)”, buscando compreender como o PNLD e as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 são aplicados no ensino básico. O estudo também reflete sobre os desafios enfrentados pelos professores, especialmente nas fragilidades da autonomia docente, além das sobrecargas de trabalho. A partir das experiências vividas nos programas PIBID, Residência Pedagógica e nos estágios supervisionados, observou-se que o Arquivo Público de Santo Amaro dispõe de um acervo valioso para o ensino de História, capaz de fortalecer o pertencimento cultural dos estudantes e aproximar a escola da comunidade. Conclui-se que os livros didáticos ainda não contemplam a diversidade étnico-racial e as especificidades locais, reforçando a importância do professor/a como mediador/a crítico e autor/a de práticas pedagógicas que valorizem a memória, a identidade e a cultura santamarense no currículo escolar.

Palavras-chave: ensino fundamental - Santo Amaro (BA); livros didáticos; currículos - planejamento; Programa Nacional do Livro e do Material Didático (Brasil).

ABSTRACT

This paper analyzes the History textbooks used in public and private schools in Santo Amaro, Bahia, focusing on the absence of content representing Black, Indigenous, and local histories. The research examines História: Sociedade & Cidadania (FTD, PNLD) and Caderno do Pensamento Ativo (GeekieOne) to understand how the PNLD program and Laws No. 10.639/2003 and 11.645/2008 are applied in basic education. The study also discusses the challenges faced by teachers, such as the lack of autonomy and excessive workload. Based on experiences in the PIBID, Pedagogical Residency, and supervised internship programs, it was observed that the Public Archive of Santo Amaro holds a valuable collection that can enrich History teaching, strengthen cultural belonging, and connect the school to the community. The results show that textbooks still fail to include ethnic-racial diversity and local specificities, highlighting the importance of teachers as critical mediators and creators of pedagogical practices that value memory, identity, and local culture within the school curriculum.

Keywords: elementary education - Santo Amaro (BA); textbooks; curricula - planning; National Textbook and Educational Material Program (Brazil).

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Lúcio Matos Silva.

² Graduanda no curso de Licenciatura em História pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O livro didático constitui um recurso pedagógico essencial no contexto escolar. Os livros didáticos de História, mais do que simples ferramentas pedagógicas, são instrumentos de poder que selecionam quais memórias merecem ser contadas. Em cidades como Santo Amaro/BA, essas escolhas determinam quem aparece e quem é silenciado nas narrativas sobre o passado brasileiro, sobretudo nas instituições públicas, onde atua como um guia de conteúdo e metodologia tanto para professores quanto para estudantes. Segundo Soares (1998), o livro didático é mais do que um suporte de transmissão de conhecimento: ele reflete valores, ideologias e propostas curriculares de uma determinada sociedade em um dado momento histórico, tornando-se, portanto, um importante instrumento de representação cultural.

“O livro didático, ao selecionar determinados conteúdos e silenciar outros, participa da construção de uma memória coletiva e de uma identidade nacional que nem sempre representam a pluralidade do país”. (Bittencourt, 2011, p. 42).

A autora também ressalta que o livro didático exerce papel central na mediação entre o conhecimento histórico e o espaço escolar, funcionando como um dos principais instrumentos de sistematização e seleção dos saberes que compõem o currículo. Assim, ele não apenas organiza e transmite conteúdos, mas também legitima determinadas interpretações da história em detrimento de outras, contribuindo para a formação de uma memória social seletiva.

Essa reflexão reforça a necessidade de compreender o livro didático como um produto histórico, cuja seleção de conteúdos pode reproduzir hierarquias culturais e étnicas. No contexto de Santo Amaro, essa limitação se expressa na ausência de referências à cultura afro-indígena local, contribuindo para o silenciamento das identidades que moldaram o Recôncavo Baiano.

Nessa perspectiva, é importante compreender o livro didático como um produto político e cultural. Apple (1995) ressalta que ele expressa disputas de poder e interesses ideológicos, podendo tanto reforçar quanto questionar relações de dominação social, racial, de gênero e de classe. Dessa forma, o conteúdo presente nesses materiais não é neutro, mas resultado de escolhas e omissões que refletem estruturas sociais e históricas mais amplas.

No contexto brasileiro, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) exerce grande influência na produção e distribuição desses materiais, o que torna ainda mais relevante uma análise crítica acerca das vozes e perspectivas que são incluídas ou silenciadas em suas narrativas. A centralidade do PNLD na definição dos conteúdos escolares evidencia a necessidade de se discutir a representatividade da população negra e indígena nos livros

didáticos, sobretudo nas regiões onde essas presenças históricas e culturais são mais significativas.

Para o desenvolvimento deste artigo, foram realizadas visitas a três unidades escolares situadas no município de Santo Amaro, no Recôncavo Baiano, abrangendo instituições das redes pública e privada de ensino. As escolas da rede pública visitadas foram Escola Municipal Stela Mutti, localizada na área central da cidade e dirigida por Mônica Luiza Pinho, e o Centro Educacional Municipal de Acupe, situado no distrito de Acupe, sob a direção de Crystiane Pereira de Jesus. Ambas atendem turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, funcionando em tempo integral, nos turnos matutino e vespertino. Já a instituição privada, o Centro Educacional Padre Fenelon Costa, sob a direção do Sr. Roque Francisco, também atende alunos do 6º ao 9º ano, porém em regime parcial, com funcionamento exclusivamente no turno matutino.

Nas escolas públicas observadas, destaca-se a presença da disciplina História Afro, que tem como proposta abordar conteúdos relacionados à história, à cultura e às contribuições da população negra. No entanto, essa disciplina não conta com um livro didático específico, ficando a cargo dos professores a seleção, organização e elaboração dos conteúdos ministrados em sala de aula. Essa ausência de material didático oficial representa uma lacuna significativa na oferta educacional, exigindo dos docentes um esforço adicional para garantir uma abordagem consistente, crítica e fundamentada da história afro-brasileira e indígena.

A metodologia adotada baseou-se em análise documental dos livros didáticos de História utilizados nas escolas públicas e privadas de Santo Amaro/BA, complementada por observações realizadas durante as atividades de Estágio Supervisionado, PIBID e Residência Pedagógica. Essa abordagem possibilitou relacionar a análise teórica dos materiais aprovados pela PNLD com a realidade vivenciada nas escolas, evidenciando ausências e potencialidades no ensino de História no contexto santamarense.³

A partir dessa realidade, este artigo tem como objetivo analisar o silenciamento da História Negra e Indígena nos livros didáticos distribuídos pelo PNLD e refletir sobre os impactos dessa omissão na formação, em especial, dos estudantes das escolas públicas do Recôncavo Baiano. Busca-se, ainda, discutir a importância de políticas públicas educacionais que assegurem a produção e distribuição de materiais didáticos que contemplem a pluralidade

³ Durante o Programa de Residência Pedagógica (2022–2024), desenvolvido no Centro Estadual de Educação Profissional em Turismo do Leste Baiano (CEEP), em Santo Amaro/BA, e nas atividades do PIBID de História da UNILAB, foram realizadas observações e visitas pedagógicas que possibilitaram identificar as práticas docentes locais, o uso dos livros didáticos e a ausência de materiais específicos sobre História Afro e Indígena, o que reforçou a necessidade de analisar criticamente o PNLD e suas implicações na realidade escolar santamarense.

étnica, cultural e social do Brasil, promovendo um ensino de História comprometido com a diversidade e com a valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas. Dessa forma, o artigo propõe-se a contribuir para o debate sobre a representatividade nos materiais didáticos de História, evidenciando como as narrativas escolares ainda reproduzem práticas de silenciamento e exclusão, mesmo em territórios marcados pela resistência e pela presença histórica de povos negros e indígenas, como é o caso de Santo Amaro e de todo o Recôncavo Baiano.

2 O QUE A PNLD DIZ SOBRE O LIVRO DIDÁTICO

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é uma política pública coordenada pelo Ministério da Educação (MEC), responsável pela avaliação, aquisição e distribuição de livros e materiais didáticos às escolas públicas brasileiras. Regulamentado por documentos normativos e editais específicos a cada ciclo, o programa estabelece critérios técnicos, pedagógicos e ideológicos para a aprovação das obras que serão utilizadas nas escolas da educação básica.

Enquanto política de Estado, o PNLD desempenha um papel central na definição dos conteúdos que chegam às salas de aula. No entanto, conforme analisa Rosemberg (2005), ele nem sempre consegue contemplar a diversidade cultural brasileira, pois tende a reforçar uma visão homogênea de nação. Essa padronização, por sua vez, acaba por restringir a autonomia docente, uma vez que muitos professores se veem obrigados a seguir o material aprovado, mesmo quando este não dialoga com a realidade local.

De acordo com o Guia do PNLD 2021 – Ensino Médio, o livro didático deve garantir a abordagem de conteúdos conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁴, respeitar os Direitos Humanos e promover a pluralidade cultural, étnico-racial, de gênero e religiosa (Brasil, 2020). Um dos critérios centrais de avaliação é o compromisso com a inclusão e a representatividade das diversas matrizes formadoras da sociedade brasileira, entre elas as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Essa contradição é perceptível nas escolas públicas de Santo Amaro/BA, onde os livros aprovados pelo PNLD muitas vezes ignoram as especificidades culturais e históricas da região. Isso reforça a necessidade de repensar o papel do professor como mediador crítico, capaz de

⁴ Ver BNCC de História: BNCC. BRASIL. Ministério da Educação. História. Base Nacional Comum Curricular, 2018.5. págs 397 a 497.

complementar o material didático com práticas e conteúdos que valorizem a história e a identidade locais. Apesar das diretrizes oficiais, muitos livros continuam reproduzindo silenciamentos históricos, especialmente no que se refere à presença negra e indígena na história do Brasil, o que evidencia a importância de análises críticas e contextualizadas, como as desenvolvidas no contexto das escolas públicas de Santo Amaro/BA.

3 A IMPORTÂNCIA DAS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008 PARA OS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

A promulgação das Leis nº 10.639/2003⁵ e nº 11.645/2008⁶ representou um marco na luta por uma educação mais justa e plural no Brasil, ao tornar obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. Essas legislações visam reparar o apagamento histórico e cultural imposto a esses povos, promovendo o reconhecimento de suas contribuições na formação da sociedade brasileira.

Contudo, embora constituam um avanço significativo no campo das políticas educacionais, a efetivação dessas leis ainda enfrenta diversos desafios. Como destaca Kabengele Munanga (2008), não basta inserir conteúdos pontuais sobre a África ou sobre povos indígenas; é necessário promover uma mudança profunda na mentalidade e nas práticas escolares, de modo a descolonizar o currículo e transformar a escola em um espaço de reconhecimento e valorização da diferença.

Nas escolas do Recôncavo Baiano, especialmente em Santo Amaro/BA, observa-se que a aplicação dessas leis ainda é limitada. Muitos professores relatam dificuldades devido à falta de formação continuada, de materiais didáticos adequados e de apoio institucional. O resultado é que o ensino das temáticas afro-brasileira e indígena acaba ficando restrito a datas comemorativas ou abordagens superficiais.

Nesse sentido, o trabalho do professor de História torna-se essencial para transformar o texto da lei em prática pedagógica significativa. Incorporar fontes locais como documentos do Arquivo Público de Santo Amaro, relatos orais de moradores e manifestações culturais como o Bembé do Mercado contribui para uma aprendizagem mais contextualizada, promovendo o

⁵ BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília DF. DOU de 10 de jan. de 2003, sobre a inclusão curricular da História da África e da História e Cultura Afro-Brasileira.

⁶ BRASIL. Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília DF. DOU de 11 de mar. de 2008.

sentimento de pertencimento e a valorização das identidades negras e indígenas entre os estudantes.

Assim, as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 não devem ser vistas apenas como obrigações legais, mas como oportunidades de reconstruir narrativas históricas e consolidar uma educação antirracista e intercultural, em sintonia com as realidades e memórias da comunidade santamarense.

4 ANÁLISE COMPARATIVA DOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA UTILIZADOS NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADA DE SANTO AMARO/BA

O estudo dos livros didáticos de História adotados nas redes pública e privada do município de Santo Amaro/BA permitiu identificar tanto diferenças estruturais quanto convergências em torno de temáticas significativas. As análises contemplaram o livro História: Sociedade & Cidadania (8º ano), de Alfredo Boulos Júnior (FTD Educação, PNLD 2024–2027), e o Caderno do Pensamento Ativo: História, utilizado pela Geekie One no 7º ano do Ensino Fundamental.

Apresenta-se uma análise comparativa dos livros didáticos utilizados nas escolas públicas de Santo Amaro/BA, com base nos critérios estabelecidos pela PNLD e nas diretrizes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. O objetivo é identificar de que forma esses materiais contemplam ou deixam de contemplar a presença das populações negras e indígenas nas narrativas históricas, bem como avaliar a abordagem dada à história e à cultura local no contexto santamarense.

Ambos os materiais foram examinados segundo critérios de estrutura, abordagem histórica, uso de fontes, imagens, atividades, manual do professor e representações étnico-raciais. Com base nesses parâmetros, elaborou-se a seguir uma síntese comparativa dos principais aspectos observados.

Quadro 1 – Comparativo entre livros didáticos

Aspecto	Rede Pública – PNLD (FTD, 8º ano)	Rede Privada – Geekie One (7º ano)
Autor/Editora	Alfredo Boulos Júnior – FTD Educação (2024–2027)	Equipe Geekie – Geekie One Educação (2024)
Estrutura e organização	Obra estruturada em unidades temáticas com foco cronológico e nacional, enfatizando os grandes períodos da História do Brasil e do mundo ocidental.	Estruturado em módulos temáticos interdisciplinares, com linguagem dinâmica e atividades digitais integradas à plataforma Geekie One. Valoriza a autonomia do aluno e a aprendizagem por competências.
Abordagem histórica	Segue abordagem tradicional, com foco em eventos políticos e econômicos, privilegiando a história das elites e dos colonizadores. A presença das classes populares, dos negros e indígenas é tratada de forma pontual.	Propõe abordagem mais contemporânea, relacionando passado e presente, mas mantém foco eurocêntrico em vários capítulos. Embora cite questões raciais, a contextualização histórica local é quase inexistente.
Representações étnico-raciais e de gênero	Menciona as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, porém de forma superficial. As imagens e exemplos ainda reforçam padrões coloniais e eurocentrados.	Inclui algumas discussões sobre diversidade cultural, porém de modo genérico e descontextualizado. Há pouca problematização sobre o racismo estrutural e ausência de figuras históricas negras ou indígenas locais.
Uso de fontes e recursos visuais	Predominam documentos oficiais, pinturas europeias e gravuras do período colonial. Pouca presença de fontes regionais ou de memória santamarense.	Utiliza recursos multimídia e hipertextos, mas com foco em fontes amplas e nacionais. Falta incorporação de fontes locais e regionais.
Manual do professor	Orienta o docente a seguir a sequência do livro, com poucas sugestões de atividades críticas. Não propõe adaptações à realidade regional.	Estimula metodologias ativas e uso de tecnologias digitais, mas não oferece suporte específico para o ensino da história afro-brasileira e indígena.
Conexão com a história local (Santo Amaro/BA)	Ausência de referências à história do Recôncavo Baiano, ao Bembé do Mercado, a Teodoro Sampaio, ou outras personalidades e manifestações locais.	Também não aborda elementos da história e cultura santamarense. O conteúdo é padronizado nacionalmente, sem vínculo com o território.
Síntese interpretativa	Apesar de atender aos critérios formais do PNLD, o livro de Boulos Júnior limita a compreensão crítica da diversidade brasileira, reproduzindo narrativas nacionais e universais em detrimento das histórias locais.	O material GeekieOne apresenta inovação tecnológica e didática, mas carece de profundidade histórica e de contextualização regional, o que fragiliza o ensino identitário e o pertencimento cultural dos alunos.

Fonte: elaborado pela autora.

A leitura comparativa evidencia que ambos os materiais, ainda que em contextos distintos, reproduzem o silenciamento da História Negra e Indígena, variando apenas nas estratégias didáticas. O livro do PNLD mantém uma estrutura tradicional e narrativa eurocêntrica, enquanto o material da Geekie One, embora mais dinâmico, também não rompe completamente com a lógica hegemônica dominante. Essa constatação revela que o cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, por si só, não garante uma efetiva valorização da diversidade cultural nos livros didáticos.

Diante disso, reafirma-se a importância do papel docente como mediador crítico, capaz de contextualizar os conteúdos escolares com a realidade do Recôncavo Baiano. O uso de fontes locais, como o Arquivo Público de Santo Amaro, os relatos de moradores e manifestações culturais como o Bembé do Mercado, pode promover uma aprendizagem mais significativa, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização das identidades negras e indígenas entre os estudantes.

5 A AUSÊNCIA DA HISTÓRIA LOCAL NOS LIVROS DIDÁTICOS E O DESCONHECIMENTO DA PRÓPRIA CIDADE

Um dos grandes desafios observados nas escolas públicas de Santo Amaro/BA é o distanciamento entre o conteúdo dos livros didáticos distribuídos pelo município e a realidade sociocultural dos estudantes. Embora o município possua uma das histórias mais ricas do Recôncavo Baiano, marcada por manifestações culturais, religiosas e pela luta do povo negro, essas narrativas raramente aparecem de forma significativa nos materiais utilizados em sala de aula.

O resultado desse apagamento é perceptível: muitos moradores e estudantes desconhecem a história da própria cidade. Pouco se fala, por exemplo, sobre o 14 de junho de 1822, data em que foi lavrada a Ata de Vereação da Câmara de Santo Amaro, quando a cidade proclamou sua adesão à Independência da Bahia um dos marcos do processo de emancipação brasileira. Também é escassa a menção ao Bembé do Mercado, celebração religiosa e cultural com mais de um século de existência, reconhecida como o maior candomblé de rua do Brasil e patrimônio imaterial do Estado. Trata-se de um evento que expressa resistência, fé e identidade

do povo afro-santamarense, mas que ainda não é valorizado pelos livros didáticos nem devidamente trabalhado nas escolas⁷.

Santo Amaro também é berço de grandes nomes da cultura e da intelectualidade brasileira, como Caetano Veloso, Maria Bethânia, Jorge Portugal, Edith do Prato, Teodoro Sampaio, Zilda Paim, Besouro Cordão de Ouro e Popó do Maculelê. Essas trajetórias, embora fundamentais para a memória e o patrimônio cultural da cidade, continuam ausentes das narrativas escolares, o que reforça o silenciamento e a desvalorização da identidade santamarense.

A incorporação da história local ao currículo e aos materiais didáticos seria um passo essencial para promover o resgate cultural e o fortalecimento da identidade dos estudantes, reconhecendo as contribuições do povo negro e indígena na formação da cidade. Essa lacuna revela a urgência de um ensino que valorize as memórias locais. Como alerta Munanga (2008, p. 19), “a escola tem o papel de descolonizar os currículos, inserindo nos programas de ensino os conhecimentos, valores e práticas culturais dos povos africanos e afrodescendentes que contribuíram para a formação da sociedade brasileira.”

Seguindo essa perspectiva, o Arquivo Público de Santo Amaro representa uma fonte viva de conhecimento histórico e de valorização da memória coletiva. Durante as atividades desenvolvidas no PIBID, na Residência Pedagógica e nos Estágios Supervisionados, constatou-se que os documentos preservados nesse espaço como atas, registros de escravizados, correspondências oficiais e inventários possuem grande potencial didático. Quando utilizados em sala de aula, esses materiais estimulam a pesquisa, aproximam os estudantes da história de sua própria cidade e tornam o aprendizado mais significativo e crítico.

O trabalho com fontes locais possibilita que os alunos percebam a História como algo vivo, próximo e pertencente à sua comunidade. Além disso, contribui para romper com a visão eurocêntrica ainda predominante nos livros didáticos, oferecendo novas perspectivas sobre o protagonismo negro e indígena na formação do Recôncavo Baiano. Essa prática dialoga diretamente com as diretrizes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, ao promover uma

⁷ A história do Recôncavo Baiano, particularmente a de Santo Amaro, não pode ser compreendida de forma isolada. Os eventos que marcaram a cidade como o 14 de Junho de 1822, o Bembé do Mercado, as práticas culturais afro-santamarense e as trajetórias de figuras locais dialogam diretamente com processos mais amplos da formação do Brasil. O Recôncavo foi um dos principais polos econômicos, culturais e políticos do período colonial e imperial, influenciando disputas nacionais, a resistência negra, as lutas pela Independência e a formação da identidade brasileira. Assim, ao analisar a história local, é possível compreender como experiências regionais se articulam à historiografia nacional, revelando que a construção do Brasil passa, necessariamente, pelos territórios e memórias do Recôncavo Baiano.

educação antirracista e intercultural, fundamentada no reconhecimento e na valorização das identidades regionais.

Por fim, o Arquivo Público de Santo Amaro constitui-se como um verdadeiro laboratório de ensino e aprendizagem histórica, onde os estudantes podem desenvolver senso crítico, compreender as múltiplas vozes do passado e reconhecer-se como sujeitos históricos. Incorporar essas experiências ao cotidiano escolar representa um passo fundamental para fortalecer a identidade santamarense e consolidar práticas pedagógicas que integrem memória, território e educação.

6 A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO

As discussões sobre a necessidade de incluir a história local e a valorização das identidades negras e indígenas no ensino dialogam diretamente com os estudos de autores que analisam o papel do currículo e do livro didático como instrumentos de poder e disputa simbólica. Segundo Michael Apple (1995), o livro didático nunca é neutro: ele reflete as ideologias dominantes e serve como um dos principais meios de construção de uma visão de mundo hegemônica dentro da escola.

“Os livros didáticos são construídos dentro de um contexto político e econômico específico, e por isso refletem interesses particulares que definem o que deve ser considerado conhecimento válido.” (Apple, 1995, p. 37).

Essa observação é fundamental para compreender que a escolha e a circulação dos livros didáticos não se restringem ao campo pedagógico, mas envolvem disputas ideológicas e de poder. Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente nas escolas do Recôncavo, onde o conteúdo padronizado ignora as narrativas locais e o protagonismo negro e indígena.

Nessa mesma perspectiva, Circe Bittencourt (2011) ressalta que o livro didático de História tem sido historicamente um instrumento de formação da identidade nacional, mas muitas vezes à custa da exclusão de grupos subalternizados. Segundo a autora, os conteúdos e imagens presentes nos manuais escolares tendem a reforçar uma narrativa eurocêntrica e monocultural, ignorando as experiências de povos africanos, afro-brasileiros e indígenas.

Para Nilma Lino Gomes (2017), o desafio da educação brasileira é construir um currículo que reconheça a diversidade e combata o racismo estrutural. A autora afirma que a escola deve ser um espaço de produção de conhecimento que valorize a pluralidade cultural e

as histórias silenciadas, especialmente aquelas que dizem respeito à população negra. Nessa direção, Kabengele Munanga (2008) defende que a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 deve ir além da inserção pontual de conteúdos, exigindo uma mudança de mentalidade que transforme a escola em um espaço de reconhecimento e respeito à diferença.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2005) complementa esse debate ao enfatizar que a educação das relações étnico-raciais deve promover o diálogo entre culturas, contribuindo para a superação do preconceito e para o fortalecimento da identidade dos estudantes. Para ela, a escola precisa atuar como agente de valorização da cultura afro-brasileira e indígena, incorporando as experiências locais e regionais à formação histórica e cidadã dos alunos.

Dessa forma, pensar o ensino de História em Santo Amaro/BA implica compreender que o livro didático e o currículo não podem ser meros reprodutores de narrativas universais. Eles devem ser ferramentas de reconstrução da memória e da identidade coletiva, possibilitando que os estudantes reconheçam sua cidade, sua cultura e seus antepassados como parte legítima e fundamental da história nacional.

7 A FALTA DE AUTONOMIA DOCENTE NAS ESCOLAS PARTICULARES

A docência em escolas particulares frequentemente é marcada por restrições à autonomia pedagógica dos professores. Embora o discurso institucional destaque a inovação e a qualidade do ensino, na prática, o trabalho docente costuma estar subordinado a currículos rígidos, metas de desempenho e padronizações impostas pela coordenação pedagógica e pela direção escolar. Essa lógica aproxima-se do que Michael Apple (2003) chama de controle do conhecimento escolar, no qual o professor deixa de ser o produtor do saber pedagógico e passa a atuar como executor de conteúdos pré-estabelecidos.⁸

Em muitos casos, a escolha dos livros didáticos e dos materiais complementares é feita pela direção da escola ou pela mantenedora, sem a participação efetiva do corpo docente. Essa ausência de diálogo compromete o desenvolvimento de práticas contextualizadas e críticas, especialmente no ensino de História, disciplina que exige liberdade interpretativa, reflexão e relação com a realidade local. A autonomia pedagógica, princípio essencial previsto na LDB (Lei nº 9.394/1996), torna-se limitada por demandas mercadológicas e pela necessidade de

⁸ Durante o Estágio Supervisionado III, em uma instituição privada de Santo Amaro, foi possível observar as limitações impostas à autonomia docente, com a obrigatoriedade de seguir planos e plataformas pré-determinadas, reduzindo as possibilidades de adaptação dos conteúdos à realidade local.

padronização de resultados, o que impede o professor de construir um ensino voltado para a emancipação e a consciência histórica.

Outro fator que impacta diretamente a qualidade da educação é a sobrecarga de trabalho dos professores. Nas escolas particulares, o professor é frequentemente pressionado a cumprir extensas cargas horárias, preparar múltiplos materiais, participar de reuniões, registrar atividades em plataformas digitais e responder a expectativas de desempenho cada vez mais elevadas. De acordo com Tardif (2002), o trabalho docente se constitui em uma prática complexa, que envolve dimensões afetivas, cognitivas e sociais e o excesso de tarefas administrativas tende a esvaziar o tempo e a energia destinados ao planejamento pedagógico criativo.

Além disso, a busca por resultados imediatos, típicos do modelo empresarial de gestão escolar, contribui para o adoecimento físico e emocional dos professores. A lógica da produtividade e da competição dentro das instituições privadas transforma o ensino em um processo mecânico, reduzindo o papel do professor a um mero executor. Tal cenário se contrapõe aos princípios de uma educação humanizadora, reflexiva e crítica, defendida por Paulo Freire (1996), para quem o educador deve ser sujeito de sua prática, e não objeto de controle institucional.

Em contraste, observa-se que a falta de autonomia e o excesso de demandas afastam os docentes daquilo que deveria ser central no processo educativo: o diálogo com os estudantes e o desenvolvimento de práticas significativas que relacionem o conteúdo escolar com o contexto sociocultural em que os alunos estão inseridos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, compreendi o quanto o livro didático de História, que deveria funcionar como um instrumento de conhecimento e identidade, ainda carrega inúmeras ausências. A análise dos materiais utilizados nas escolas de Santo Amaro/BA, tanto o livro da rede pública (História: Sociedade & Cidadania, da FTD) quanto o da rede privada (Caderno do Pensamento Ativo, da GeekieOne), revelou um distanciamento significativo entre o conteúdo ensinado e a realidade dos estudantes. As histórias locais, as memórias afro-brasileiras e indígenas e a própria cultura santamarense permanecem quase invisíveis, como se a cidade e seu povo não integrassem a história do país.

Além disso, identifiquei ao longo das vivências em sala de aula que, para muitos estudantes e famílias de baixa renda, o livro didático é o principal e, muitas vezes, o único meio de acesso ao conhecimento escolar. Em contextos onde o acesso à internet é limitado ou inexistente, especialmente entre famílias que não dispõem de dispositivos ou conexão adequada, o livro se torna a única ponte entre o aluno e os conteúdos curriculares. Quando esse material silencia a história local ou marginaliza narrativas negras e indígenas, ele reforça desigualdades históricas e restringe ainda mais o direito pleno à aprendizagem.

Durante minha trajetória no PIBID de História, na Residência Pedagógica e nos estágios supervisionados da UNILAB, observei diretamente o impacto desse silenciamento na formação dos estudantes. Visitei escolas, dialoguei com professores e pude notar o esforço contínuo que muitos realizam para trazer a história viva da cidade para a sala de aula, mesmo sem apoio de materiais adequados. No Arquivo Público de Santo Amaro, encontrei documentos e registros que evidenciam o quanto o município possui um acervo rico e potente, capaz de complementar o livro didático e fortalecer o vínculo dos estudantes com suas origens e identidades culturais.

Essas experiências também me levaram a refletir profundamente sobre o papel do professor. A falta de autonomia, aliada à sobrecarga de trabalho, torna difícil desenvolver práticas pedagógicas mais criativas, contextualizadas e próximas da vivência comunitária. Como ensina Paulo Freire, educar é um ato de liberdade e essa liberdade só se concretiza quando os docentes possuem condições efetivas para planejar, adaptar e ensinar com sentido. Diante disso, considero fundamental que políticas públicas, escolas e programas de formação valorizem mais o professor e reconheçam a importância da história que está ao seu redor.

A partir dessas reflexões, compreendo que políticas nacionais como o PNLB precisam avançar na direção de materiais que contemplem a diversidade cultural e territorial do Brasil. A padronização dos conteúdos e a frágil inserção da história afro-brasileira, indígena e local contribuem para a reprodução de silenciamentos estruturais que atravessam a educação brasileira. Como afirma Nilma Lino Gomes (2017), uma educação comprometida com a equidade racial exige o reconhecimento das narrativas historicamente excluídas e a valorização das identidades negras no currículo, algo ainda distante dos livros analisados neste estudo.

Os resultados obtidos confirmam o problema inicial desta pesquisa: os livros didáticos adotados nas escolas de Santo Amaro ainda não contemplam a diversidade étnico-racial nem as especificidades locais, produzindo lacunas que impactam a construção da identidade e do pertencimento dos estudantes.

Além disso, diante das limitações evidenciadas nos livros didáticos analisados, torna-se fundamental que os professores adotem estratégias pedagógicas capazes de ampliar as

possibilidades do ensino de História para além do material prescrito. A utilização de fontes orais, visitas ao Arquivo Público de Santo Amaro, análise de fotografias, mapas, jornais antigos, músicas, narrativas literárias e produções culturais locais pode enriquecer a compreensão histórica dos estudantes, conectando o conteúdo escolar às suas vivências cotidianas. Metodologias ativas, como projetos interdisciplinares, estudos do meio, rodas de conversa com mestres da cultura popular, elaboração de podcasts, construção de linhas do tempo e pesquisas sobre a história do bairro e da cidade, também constituem caminhos eficazes para suprir as lacunas do livro didático. Essas práticas tornam o ensino mais crítico, significativo e coerente com a realidade do Recôncavo Baiano, fortalecendo a identidade dos estudantes e valorizando os saberes produzidos em seus territórios.

Concluo, portanto, que enquanto a história de Santo Amaro permanecer ausente das páginas dos livros didáticos, o ensino continuará incompleto. Valorizar o que é local é reconhecer o Brasil em sua totalidade diversa, negra, indígena e plural. Como professora em formação, compreendo que meu papel e o papel de todos os docentes é reconstruir pontes entre a sala de aula e a cidade, promovendo uma educação que forme sujeitos críticos, conscientes e orgulhosos de sua própria história.

Por fim, reitero que repensar o livro didático e incluir a história local não é apenas uma escolha pedagógica, mas um gesto de reconhecimento, responsabilidade e resistência. Resgatar a memória de Santo Amaro, suas lutas, festas, lideranças, tradições e trajetórias, é formar cidadãos que compreendam quem são e o lugar que ocupam na história. Mais do que preencher ausências, integrar a história da cidade ao ensino significa romper com séculos de silenciamento e garantir às novas gerações o direito à memória.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Algumas estratégias para o ensino de História e cultura afro-brasileira. *Estudos Históricos*, v. 21, n. 41, p. 117-126, 2008.

APPLE, Michael W. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLE, Michael W. *Política cultural e educação*. Tradução de Maria Lúcia M. Oliveira. São Paulo: Cortez, 1995.

AZAMBUJA, Luciano de. Canção, ensino e aprendizagem histórica. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 11, p. 31-56, 2017.

BITTENCOURT, Circe. História das populações indígenas na escola. *Revista Brasileira de História*, v. 26, n. 52, p. 153-173, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *O livro didático de História: autoritarismo e disciplina escolar*. 6. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. DOU de 10 de jan. de 2003, sobre a inclusão curricular da História da África e da História e Cultura Afro-Brasileira.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de Avaliação – PNLD 2021*. Brasília: MEC/FNDE, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Guia de livros didáticos: PNLD 2021 – Ensino Médio: componente curricular História*. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 04 jun. 2025.

CAIMI, Flávia Eloisa. Cultura popular, um conceito e várias histórias. In: AREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 147-166.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 21, p. 123-145, jun. 2006.

FONTINELES, Cláudia. As centelhas da esperança: o papel da literatura e da música no despertar da consciência histórica. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, p. 179-197, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. A história na educação básica: conteúdos, abordagens e metodologias. In: *Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais*, Belo Horizonte, nov. 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e diversidade étnico-racial: desafios teóricos e práticas pedagógicas*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. ISBN 85-7526-053-7.

RODRIGUES, Icles. Usos pedagógicos para YouTube e podcasts. *In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi; FICO, Carlos (orgs.). Novos combates pela história: desafios para o ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 233-248.

ROSEMBERG, Fúlvia. PNLD e diversidade cultural: o desafio da avaliação dos livros didáticos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 127, p. 161-187, jul. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000200007>.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

SOARES, Luiz Paulo da Silva. Análise de livro didático: a história escolar em debate. *Revista Didática Sistêmica*, Rio Grande, v. 15, n. 2, p. 61-71, 2013.

SOARES, Magda Becker. *Ler e escrever: compromisso com a escola pública*. São Paulo: Ática, 1998.

SOARES, Olavo Pereira. A música nas aulas de história: o debate teórico sobre as metodologias de ensino. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 11, p. 78-99, 2017.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ANEXO A – Capa do livro “História: Sociedade & Cidadania” – FTD (PNLD 2024–2027) (utilizado na rede pública de Santo Amaro/BA)



UNIDADE 2
O MUNDO CONTEMPORÂNEO 84

CAPÍTULO 5
Rebeliões na América portuguesa 86

- A Revolta de Beckman (1684) 87
- A Guerra dos Embarbas (1707-1709) 88
- A Guerra das Mascates (1710-1711) 90
- A Revolta de Vila Rica (1720) 91
- Impostos e mais impostos 91
- Cobrança e desvios 92
- O controle sobre os diamantes 93
- Mineração e mercado interno 94
- A Conjuração Mineira (1789) 96
- Denúncia, prisão e sentença 99
- A Conjuração Baiana (1798) 99
- Atividades 102

CAPÍTULO 6
A formação dos Estados Unidos 109

- Colonização inglesa da América 110
- A segunda tentativa inglesa 111
- Economia colonial 112

A Inglaterra aberta e laica 114

- O processo de independência 115
- O movimento de independência 116
- A Constituição dos Estados Unidos 116
- Uma cidadania limitada 117
- Atividades 118

CAPÍTULO 7
Independências: Haiti e América espanhola 123

- Independência em São Domingos (atual Haiti) 124
- A formação do Haiti 126
- A Revolta de Túpac Amaru 127
- América espanhola: população e etnias 128
- O Império Espanhol em crise 129
- Guerras de independência na América 130
- As independências na América do Sul 130
- A independência do México 133
- Exclusão e marginalização na América 134
- Atividades 136



UNIDADE 3
UM IMPÉRIO NOS TRÓPICOS 169

CAPÍTULO 8
A chegada da família real e a emancipação política do Brasil 141

- A vinda de D. João para o Brasil 142
- A interiorização da metrópole 143
- A abertura das portas 143
- O Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra 144
- A administração joanina 145
- Insurreição Pernambucana (1817) 148
- A Revolução Liberal do Porto 150
- A emancipação política do Brasil 151
- Atividades 153
- #JovensnaHistória 158



CAPÍTULO 9
O reinado de D. Pedro I: uma cidadania limitada 162

- As lutas pela independência 163
- O reconhecimento e o preço da independência 165
- Uma constituição para o Brasil 166
- A Constituição do Império 167
- A Confederação do Equador 168
- D. Pedro I, cada vez mais impopular 170
- A Questão da Diáspora 171
- A sucessão do trono português 171
- A abdicação de D. Pedro I 172
- Atividades 173

CAPÍTULO 10
Regências: a unidade ameaçada 179

- Regências: um período movimentado 180
- História política 181
- Regência Trina Permanente 181
- O Ato Adicional de 1834 182
- Regência Una de Feijó 183
- A Regência de Araújo Lima 183
- As rebeliões regenciais 184
- Cabanagem (1835-1840): Grão-Pará 185
- Guerra dos Farrapos (1835-1845): Rio Grande do Sul e Santa Catarina 187
- Revolta dos Malês (1835): Bahia 191
- Sabinada (1837-1838): Bahia 193
- Balaioada (1838-1841): Maranhão e Piauí 194
- Atividades 196

CAPÍTULO 11
Segundo Reinado: política, economia e guerra 202

- O golpe da maioria 203
- Política, violência e fraude no Império 204
- A Revolução Praieira 205
- O poder do imperador 206
- Economia do Segundo Reinado 207
- O café na liderança 207
- O mercado interno no Império 210
- Modernização do Império: indústrias e ferrovias 211
- A pressão inglesa e o fim do tráfico 213
- A Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras 215
- O tráfico interprovincial 215
- A Guerra do Paraguai 217
- Consequências da guerra 220
- Atividades 222

CAPÍTULO 12
Abolição, imigração e indigenismo no Império 229

- A Abolição 230
- A resistência das escravizadas 232
- O movimento abolicionista 233
- As leis e a realidade 234
- A vida difícil dos recém-libertos 236
- Imigração 240
- O sistema de parceria: uma experiência pioneira 240
- Alemães, italianos e poloneses 243
- Romantismo 244
- Atividades 247
- #JovensnaHistória 264

UNIDADE 4
IMPÉRIALISMO E RESISTÊNCIA 256

CAPÍTULO 13
Industrialização, imperialismo e resistência 258

- Segunda fase da Revolução Industrial 259
- A concentração de capital 261
- O imperialismo 262
- Teorias racistas do século XIX 263

O imperialismo na África 264

- Franceses onde hoje é a Argélia 264
- Belgas na bacia do rio Congo 265
- Britânicos na África 266
- A resistência africana 267
- Alemães, portugueses e espanhóis na África 266
- A Conferência de Berlim 268
- Partilha da Ásia 271
- Britânicos na Índia 271
- Britânicos na China 272
- Atividades 276

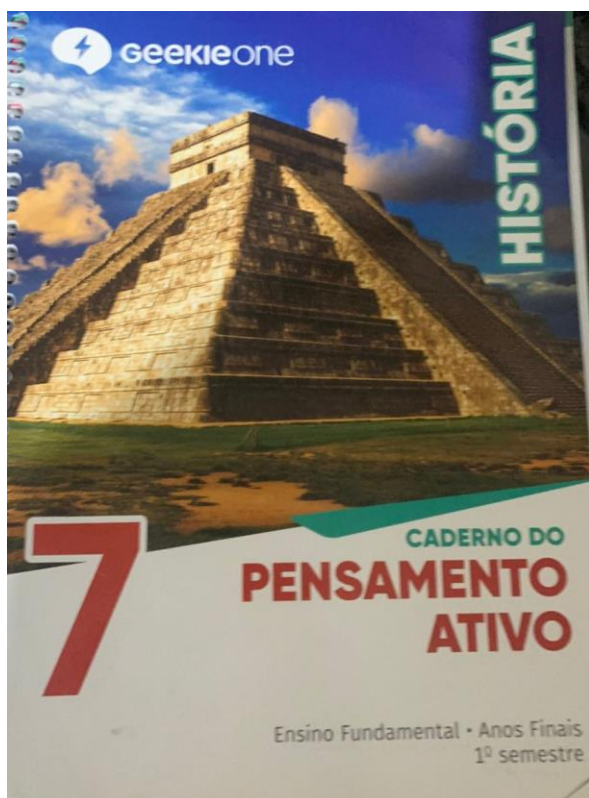
CAPÍTULO 14
Estados Unidos e América Latina no século XIX 282

- A Marcha para o Oeste 283
- Acordos, guerras e ouro 285
- A guerra civil norte-americana 287
- Prosperidade e intervencionismo 291
- O imperialismo estadunidense 292
- Atividades 295
- #JovensnaHistória 300
- Bibliografia 302



Fonte: arquivos da autora (2025).

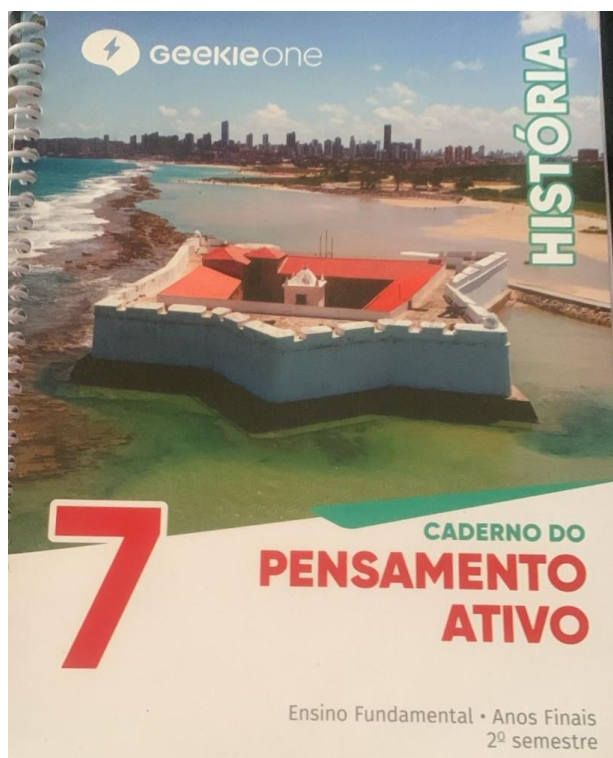
ANEXO B – Capa do livro “Caderno do Pensamento Ativo” – GeekieOne – 1º Semestre (7º ano) utilizado na rede privada – Centro Educacional Padre Fenelon Costa



Crise no sistema feudal,	9
O Renascimento e a transição entre o Período Medieval e a Idade Moderna,	21
Reformas religiosas,	37
A formação dos Estados Modernos e o absolutismo,	53
A expansão marítima e a invenção das Américas,	69
Sociedades indígenas sul-americanas: Tupis, Macro-jês e Aruaques,	85
Grandes civilizações americanas: maias, astecas e incas,	95
Reinos e impérios na África Subsaariana,	109

Fonte: arquivos da autora (2025).

ANEXO B – Capa do livro “Caderno do Pensamento Ativo” – GeekieOne – 2º Semestre (7º ano) utilizado na rede privada – Centro Educacional Padre Fenelon Costa



A colonização espanhola nas Américas,	9
Iniciativas coloniais inglesas, francesas e holandesas nas Américas,	
A colonização portuguesa na América,	37
A economia açucareira e a sociedade colonial no Brasil,	53
Do litoral ao interior: a consolidação da colônia portuguesa na América,	65
Resistências à escravidão e à dominação colonial,	85
A exploração de ouro no Brasil colonial,	103

Fonte: arquivos da autora (2025).